

O “salto ontológico” no último Lukács: problematizações de um conceito matriz*

LEANDRO MÓDOLO PASCHOALOTTE**

Resumo

O presente artigo pretende trazer à baila o que o filósofo György Lukács, em *Para uma ontologia do ser social*, denominou “salto ontológico”. Entre cada uma das três grandes esferas ontológicas – inorgânica, orgânica e social –, segundo Lukács, haveria uma ruptura (*salto*) estrutural, conseqüentemente, cada esfera carregaria *em-si* uma legalidade qualitativamente diferenciada da matéria. Partindo da relevância do salto em toda a *Ontologia* lukácsiana, especialmente o *salto* do ser orgânico ao ser social, trazemos uma possível interpretação do modo que o filósofo diferencia os saltos e suas relativas esferas em suas processualidades e legalidades essenciais. Em especial, pretendemos também apontar algumas possíveis problematizações no uso do conceito pelo autor que, de algum modo, pode contribuir para o avanço da interpretação ontológica do marxismo.

Palavras chave: marxismo; ontologia; natureza-sociedade.

Abstract

This article aims to bring to the fore what the philosopher György Lukács, in *Ontology of social being*, called "ontological leap". Between each of the three major ontological spheres - inorganic, organic and social -, according to Lukács, there would be a break (jump) structural, therefore each ball carry in itself a qualitatively differentiated legality of the matter. Leaving the relevance of the *leap* across the lukacsian ontology, especially the heel to be organic to be social, we present a possible interpretation of the philosopher so that differentiates them on their heels and balls in their procedurals and essential legalities. Especially, we also intend to point out some potential problems found in the use of the concept by the author that, somehow, can contribute to the advancement of the ontological interpretation of Marxism.

Key words: marxism; ontology; nature-society.

* Esse artigo é um resultado parcial da pesquisa de mestrado *O predomínio da ontologia biocientífica: em busca dos novos significados histórico-sociais* desenvolvido com o apoio da FAPESP.



** LEANDRO MÓDOLO PASCHOALOTTE é mestrando em Ciências Sociais pela UNESP/Araraquara.



Introdução

Per una Ontologia dell'Essere Sociale, de György Lukács, pode ser interpretada como os manuscritos preparatórios de outro grande projeto – não realizado – que o acompanhou, em germe, desde 1911 com *A pobreza do espírito*, por toda a confecção de sua *Estética* (1963) e até o fim de sua vida, qual seja: a tarefa de especificar “o lugar da ética no sistema das atividades humanas” (LUKÁCS, 1960 apud TERTULIAN, 1999, p.21), isto é, caracterizar o desenvolvimento da especificidade do gênero humano numa grande *Ética*. Mas para tanto, como o próprio Lukács havia expressado em suas notas: “Não existe ética sem ontologia.” (LUKÁCS, apud TERTULIAN, 1999, p.25); ou seja, para tal empreendimento se faz necessário uma *sustentação* filosófica, uma fundamentação ontológica do *Ser* a partir da qual pode-se se soerguer um tratado *ético*¹.

¹ A esse respeito cabe salientar, como bem demarcou Vedda e Infranca (2004b), que

Segundo alguns dos principais estudiosos de Lukács (INFRANCA e VEDDA, 2004a/2004b; TERTULIAN, 1999/1990; OLDRINI, 2002), fora mediante as investigações, desde a década de 30, de textos marxianos inéditos – sobretudo os *Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844*² – e a

influenciado pela sugestão de Ernest Bloch da possibilidade de filosofar *à maneira tradicional* como fizera Aristóteles e Hegel, Lukács acaba por caminhar intelectualmente *segundo* o modelo do sistema aristotélico: “La primera obra es el instrumento mismo do pensamiento – la *Lógica* – [que no caso de Lukács já fora oferecida pela inversão materialista da lógica hegeliana]; siguen luego las diversas ciencias teóricas (*Física y Metafísica*) [que no caso de Lukács é a sua *Ontologia*], y luego las ciencias del hombre (*Ética, Política, Retórica e Poética*) [em Lukács a sua *Estética* e a, não realizada sistematicamente, *Ética*].” (p.11).

² Texto com o qual Lukács efetivamente se esclarece, entre outras coisas, do caráter genérico do ser social, da acepção marxiana de *objetividade* e da diferenciação entre *objetivação* e *alienação*. Esclarecimentos que transformam profundamente a concepção lukácsiana do marxismo e, conseqüentemente, lhe faz renovar a sua compreensão de todo autodesenvolvimento do ser social (INFRANCA,

leitura dos *Cadernos Filosóficos* de Lenin e, posteriormente, a aproximação com os escritos ontológicos de Nicolai Hartmann, que fizeram o itinerário intelectual do último Lukács ficar marcado – *virar-se*³ – por um insistente retorno às categorias e aos fundamentos de toda a constelação categorial marxiana. Sempre com o objetivo de fazer valer o legado de Marx no seu lugar privilegiado como uma *ontologia histórico-materialista* (LUKÁCS, 1978b, p. 2, grifo nosso), e então forjar “una metafísica de la realidade histórica unida a una crítica de la economía política” (VEDDA e INFRANCA, 2004b, p.15) que dar-se-ia como fundamento filosófico para o projeto da *Ética*.

Em sua *Ontologia*, o filósofo forjou aquilo que metaforicamente o estudioso Nicolas Tertulian denominou como um “cavalo de Troia” (TERTULIAN, 2002,

e VEDDA, 2004a).

³ Faço alusão à compreensão de Oldrini (2002) de que nos anos 30, em Moscou, há uma *virada ontológica* em Lukács. Vejamos: “Para nós é sobretudo significativo o fato de a “virada” [dos anos 30] a que nos referimos ter, em última instância, um caráter ontológico. Ela se funda naquelas geniais críticas de Marx (e Lênin) a Hegel, por intermédio das quais, pela primeira vez, Lukács vê claramente as conseqüências que derivam dos contorcionismos idealistas hegelianos. Polemizando com Hegel, colocando-o em pé, – nas pegadas de Feuerbach – no sentido materialista, Marx recupera ontologicamente (conceito de “ente objetivo”) aquilo que Hegel havia dissolvido. Mas, ao mesmo tempo, vai além de Feuerbach, uma vez que sublinha com clareza que a humanidade do homem tem o seu verdadeiro ato de nascimento na história; que o homem, como ente que desde o começo reage à sua realidade primeira, ineliminavelmente objetiva, é um “ente objetivo ativo”, produtor de objetivações, um ente que trabalha; que, em suma, a objetividade forma a propriedade originária não somente de todos os seres e de suas relações, mas também do resultado do seu trabalho, dos seus atos de objetivação.” (OLDRINI, 2002, p.53).

p.28) no interior do marxismo oficial. Desse modo, contra todas as tempestades dogmatizantes e lógico-gnosiológicas que vinham ocorrendo desde o marxismo oficial – stalinista – e algumas vertentes positivistas, ou ainda daqueles herdeiros do velho hegelianismo, a obra tardia de Lukács, mais do que nunca, é imprescindível para cravar a verdadeira herança teórica de Marx.

E para compreender a sua *Ontologia* acreditamos ser vital a compreensão de um conceito matriz para toda ela, qual seja, o “salto ontológico”. Todo o sistema lukacsiano, especialmente a gênese e a processualidade evolutiva do *ser social*, se ergue conceitualmente a partir daquilo que o filósofo entendeu como um *salto/ruptura estrutural* com a esfera da natureza. De tal modo, entendemos que qualquer compreensão não rigorosa desse conceito pode nos levar a graves deslizes interpretativos da obra lukacsiana, bem como, incorremos em *desprezar* uma nova e importante conceituação para o rigoroso desvelamento do legado marxiano e marxista. Vejamos.

O “salto ontológico” no último Lukács

Para o nosso autor, concebermos a totalidade da qual o mundo dos homens é partícipe como um *ser em geral* de caráter *unitário* – dotado de relativas e heterogêneas histórias, basicamente a da natureza e a dos homens – é um dos lineamentos fundamentais legados por Marx e do qual necessariamente deveríamos partir para construirmos uma concepção ontologicamente correta. Se formos mais precisos ao raciocínio lukacsiano, devemos pensar o *ser em geral* como um “*complexo de complexos*”; assim, a história da

natureza não se identifica de modo algum com a história humana, ambas, todavia, seriam partes – *complexos* – que se condicionam em uma dinâmica unitária – um *complexo*. E, por isso, ao serem analisadas devem ser tratadas enquanto uma *ciência* histórico-dialética e unitária. Em suas palavras:

“No que se refere à filosofia da natureza, ele [Marx] rechaçou, de modo cada vez mais decidido, a tradicional separação entre natureza e sociedade, (...) e considerou sempre os problemas da natureza predominantemente do ponto de vista de sua inter-relação com a sociedade. [Assim,] Marx reconhece uma só ciência, a ciência da história, que engloba tanto a natureza como o mundo dos homens.” (LUKÁCS, 1979, p.15).

Assim, segundo Lukács, inspirado em Marx, o *ser em geral* se constitui numa *unidade do diverso*, posto que, além do mundo dos homens e suas leis próprias – *leis socioculturais* –, também são partícipes dele *formas de ser* diversas em suas estruturas e legalidades, tal como a esfera da natureza, constituída em uma rede de *causalidade espontânea* pelas esferas inorgânica e orgânica (LUKÁCS, 2010, p.51).

Para Lukács, conforme a exposição de Vaisman e Fortes (2010), o *ser em geral*, numa *processualidade evolutiva*, se desenvolveu das formas mais simples da organização da matéria para formas mais complexas em um processo substancializado pela *continuidade na descontinuidade*. Haveria, assim, uma *escala de gradação dos seres*⁴ (FORTES, 2001) segundo as

características específicas, ou melhor, os *estatutos ontológicos* de cada um deles.

O *ser em geral*, portanto, é formado basicamente por três grandes *seres*: a esfera inorgânica, a orgânica e a social. Além disso, seriam dois os momentos mais importantes no *continuum* desta *processualidade evolutiva*, ambos por sinal de radical *descontinuidade*: primeiramente o momento de ruptura com a esfera inorgânica, que engendrou a esfera orgânica e, em segundo lugar, o momento de ruptura com a esfera orgânica, que engendrou a esfera social. Esses momentos foram denominados por Lukács como “saltos ontológicos”⁵.

De uma forma da organização da matéria à outra, portanto, o que se estabelece processualmente, para Lukács, é o *salto* de um estatuto ontológico para outro. Isto quer dizer que a cada ruptura se entifica legalidades objetivas qualitativamente diferentes, e que cada esfera nova se desenvolve com uma relativa autonomia em relação às demais, ao mesmo tempo em que, na sua estrutura interna, se desenvolve sua *essência* específica. E isto ocorre porque as esferas e suas relações recíprocas ora mantem e/ou atualizam as suas categorias, ora, pelo intenso processo de complexificação do ser, engendram novas categorias que são, *em si*, portadoras de uma ruptura ontológica. Contudo, por mais que os desenvolvimentos de suas

⁴ “Quanto a isso é preciso levar em conta que tal classificação não é de modo algum valorativa. (...) É a forma da sua existência efetiva que determina o grau de complexidade, determinando portanto o *locus* na escala da gradação do seres.” (FORTES, 2001, p.133).

⁵ “(...) todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém *em si* determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem desenvolver-se a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser.” (LUKÁCS, 2012a, p.3).

características próprias as tornem as cada vez mais distintas/heterogêneas entre si, essas três esferas, por necessidade ontológica, estão sempre *ineliminavelmente* articuladas (LUKÁCS, 2012b, p.11 – grifo nosso). E, tudo isso, segundo o autor, nos impede ontologicamente de deduzir a esfera *superior* da esfera *inferior*, isto é, não é possível deduzirmos *leis sócio-históricas* dos comportamentos de animais não-humanos.

Para Lukács, a dinâmica ontológica da forma de ser da matéria sob a legalidade inorgânica é o que ele designou como *tornar-se-outro*, ou seja, sua essência advém de processualmente sempre se converter em algo distinto do que é. Basta pensarmos, sobretudo, nas leis químicas e físicas: a força mecânica se transforma em calor, as pedras em terra, e assim por diante. Na *processualidade evolutiva*, a complexificação dessa forma de ser provocou rupturas que a conduziu a uma nova e superior organização da matéria: a orgânica. E esse processo dialético, segundo Lukács, somente se movimenta efetivamente porque há nele um *momento* de predominância em relação aos demais⁶. No caso do “salto ontológico” do ser inorgânico ao ser orgânico, este *momento predominante* é o *repor-o-mesmo*. A nova legalidade posta pelo ser orgânico – sua essência – é, portanto, a dinâmica ontológica de *continuamente reproduzir a si mesmo*. As amebas reproduzem-se em amebas, as macieiras reproduzem-se em macieiras e etc.

O que é evidente no *salto*, segundo o filósofo, é que processualmente se conserva a legalidade própria das

interações inorgânicas e, apesar de que permanecendo dependente dela, a nova forma de ser não mais se reduz a essa legalidade, pois em sua *processualidade evolutiva* cada vez mais se complexifica e explicita *categorias ontológicas puras*. Neste particular, basta pensarmos na subsunção das leis físico-químicas às leis da seleção natural.

Todos esses lineamentos gerais do *salto* do ser inorgânico ao orgânico, segundo Lukács, também podem, *mutatis mutandis*, ser encontrados na *ruptura* da esfera da natureza à social. Uma vez que o ser social também *salta* para fora da natureza por predomínio crescente das suas novas categorias e assim explicita sua real essência. Se não há possibilidade ontológica da *vida* sem as reações químico-físicas da esfera inorgânica, o mesmo analogamente acontece entre a esfera orgânica e a social: não há relações sociais se não houver *vida*. Por isso, Lukács é tão fidedigno ao axioma marxiano de que o ser social se constitui e se aperfeiçoa na medida em que afasta os limites/barreiras naturais sem jamais as *romper* (LUKÁCS, 1979, p.19 – grifo nosso).

A estrutura ontológica do ser social, segundo o húngaro, é a *ininterrupta produção do novo*. Sua gênese, seu *momento predominante* no processo de ruptura, é sido exercido pelo *fenômeno originário* – *Urphänomen* – do ser social: o trabalho⁷. Pois ainda que o ser

⁶ Caso contrário o filósofo avalia que o processo findaria estacionado/estático, por isso é necessário um “momento predominante”, cuja função é dar movimento e direção ao processo.

⁷ Como bem explica Lessa (2006, p.5): “Este complexo objetivação-exteriorização [o trabalho] é o solo genético do ser social enquanto uma esfera ontológica distinta da natureza. A distinção fundamental entre a sociedade e a natureza, já dizia Vico, está em que o mundo dos homens é um construto humano, enquanto a natureza não o é. Os objetos construídos pelo trabalho apenas poderiam surgir enquanto objetivações de finalidades ideais; eles incorporam

social, segundo Lukács, compareça desde sua gênese constituído pelo menos por três categorias primordiais, como a sociabilidade, a linguagem e o trabalho. É ela, como num “*jogo dialético entre pergunta e resposta*” com a natureza (LUKÁCS, 2012b, p.122 – grifo nosso), que articula e crescentemente diferencia – extensiva e intensivamente – o mundo dos homens da esfera natural. No ser social, portanto, também se entifica, mediante o trabalho, uma nova legalidade objetiva; todavia, diferentemente da esfera da natureza, o ser social é caracterizado por ser uma rede de *causalidade posta*⁸.

determinações que emergem do fato de terem um pôr teleológico na sua gênese. Um machado é muito mais do que mera pedra e madeira: é a pedra e a madeira organizada numa determinada forma que apenas poderia surgir por uma transformação teleologicamente orientada do real. Nenhum processo natural, seja ele qual for, poderia produzir algo semelhante a um machado; este é um ente que apenas pode surgir enquanto construto humano.”

⁸ Para Lukács a *objetividade social* é fundada por atos *teleologicamente postos*, de modo que podemos dizer que a essência da objetividade do ser social é uma rede de “causalidades postas”. Ou seja, se antes, na esfera da natureza, a objetividade era essencialmente a causalidade espontânea do *repor-o-mesmo*. No ser social, o trabalho articula casualidade e teleologia em um novo ente objetivo, os produtos do trabalho. O que por sua vez implica numa objetividade radicalmente diferenciada, a qual Lukács chegou a se referir como uma “segunda natureza”. Um trecho de Lukács é bem rico a esse respeito: “(...) no processo de trabalho: algo inteiramente novo surge dos objetos, das forças da natureza, sem que haja nenhuma transformação interna; (...) isto só pode acontecer no interior do caráter ontológico insuprimível das leis da natureza, a única mudança das categorias naturais só pode consistir no fato de que estas — em sentido ontológico — tornam-se postas; o seu caráter de ser-postas é a mediação da sua subordinação à determinante posição teleológica, mediante a qual, ao mesmo tempo que se realiza um entrelaçamento, posto, de causalidade e

Destes mais gerais lineamentos ontológicos apreendidos por Lukács, podemos levantar um conjunto de questões referentes, em particular, ao “salto ontológico”, que no nosso entender podem ter importantes repercussões em toda sua *Ontologia*.

Problematizações de um conceito matriz

Em primeiro lugar, devemos levar em conta a diversidade de elementos, conceitos e categorias com os quais o conceito de “salto ontológico” se articula ao longo da *Ontologia* – mais precisamente em trechos dos capítulos *O trabalho, A reprodução e O ideal e a ideologia*, da assim chamada parte sistemática. Para sermos objetivos vejamos: por ser o trabalho, segundo o autor, a categoria fundante do ser social, ele não pode deixar de ser também, em si, portador do salto. Nas palavras do autor:

“A resposta [à questão de atribuir primazia ao trabalho na gênese do ser social], em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias desta forma de ser têm já, essencialmente, um caráter social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido.” (LUKÁCS, 2012a, p.4).

Contudo, em outros momentos, o marxista húngaro afirma: “Do mesmo modo que com o trabalho, também com a linguagem se realizou um salto do ser

teleologia, se tem um objeto, um processo, etc. unitariamente homogêneo.” (LUKÁCS, 2012a, p.9)

natural para o social.”(Ibid. p.53). E/ou: “É por meio desta dualidade [o ser e o seu reflexo na consciência]⁹ que o homem sai do mundo animal.”(Ibid. p.16).

Como pode o autor afirmar nesses trechos que a linguagem também pode realizar o salto ontológico, se em outro momento ele diz que “quaisquer manifestações” de categorias que não o trabalho, “ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido” (Ibid. p.4)? Possivelmente esse problema, com roupagens paradoxais, seja apenas aparente e se resolva no interior da obra. No entanto, ele pode adquirir nova envergadura caso levemos em conta outras questões, que passamos a considerar agora.

Uma das principais premissas para entendermos o salto ontológico, segundo Lukács, reside no fato de podermos apenas nos esclarecer “conceitualmente” a seu respeito através de um “experimento ideal” (Ibid. p.2). Pois, como vimos, a essência de todo salto ontológico é constituída por uma ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma imediata ou gradual, no tempo, da nova forma de ser (Ibid. p.4). Ou seja, para o filósofo, o salto em si jamais poderá ser dimensionado/reconstruído por meio de experiências¹⁰.

Segundo ele, mesmo a aproximação,

⁹ Importante demarcar que a distinção entre sujeito e objeto e, conseqüentemente, ser e seu reflexo, seria, para o nosso autor, o solo genético da linguagem.

¹⁰ “Na verdade, aqui é interdita, a priori, qualquer experiência que nos possa fazer retornar aos momentos de passagem da prevalência da vida orgânica à socialidade. É exatamente a total irreversibilidade ligada ao caráter histórico do ser social que nos impede de reconstruir, por meio de experiências, o *hic et nunc* desse estágio intermediário.” (Ibid. p.2).

por exemplo, pelas escavações arqueológicas, “que lançam luz sobre várias etapas intermediárias do ponto de vista anatômico-fisiológico e social (utensílios, etc.)” (Ibid. p.2), jamais serão capazes de captar o momento essencial do salto. Assim sendo, é justamente por se tratar de um “experimento ideal” que avistamos possíveis nuances problemáticas.

Partindo da concepção de que o salto é uma ruptura qualitativa sem qualquer nascimento de forma imediata ou gradual, como pode o filósofo afirmar também a existência de várias etapas intermediárias ou de “momentos de passagem da prevalência da vida orgânica à socialidade” (Ibid. p.2)? Ou ainda, como pode afirmar a existência de “fenômenos preparatórios” (Ibid. p.3) ou “formas preparatórias” (LUKÁCS, 2012c, p.7-8) para o salto? A nosso ver, possivelmente Lukács nos esclarece quanto a esses questionamentos da seguinte forma:

“(…) é evidente que na gênese desta coisa nova se encontram fenômenos de caráter transitório que não conduziram jamais ao nascimento, à consolidação, à auto-constituição do novo grau de ser se não existissem forças pertencentes ao novo tipo de ser que, nas – insuprimíveis – interações com aquelas pertencentes ao velho não desempenharem o papel de momento predominante.” (LUKÁCS, 2012b, p.80).

Assim, o que Lukács afirma é que “a forma mais desenvolvida deste fenômeno [preparatório] só pode tornar-se o fundamento do real ser-homem mediante um salto” (2012a, p.18), daí em diante quem assume a função diretiva – momento predominante – do processo são essas formas e categorias novas – o trabalho, a sociabilidade, a linguagem, etc. Ou seja, para o filósofo,

avistamos que há momentos/fenômenos de transição, o que não haveria são formas ontológicas intermediárias, isto é, não há formas de ser intermediárias entre as esferas natural e social.

Mas então o que vem a ser “formas ontológicas mistas”¹¹? Para compreensão correta de tal expressão, vale mencionar que dois importantes estudiosos da obra tardia de Lukács, de um modo geral, a interpretam distintamente. Sérgio Lessa (2002) argumenta que em Lukács, ao revés de qualquer raciocínio que justaponha a esfera social à natural, há um salto de qualidade de um ser ao outro em que se preserva o caráter unitário – e dialético – do ser. Sendo assim, a expressão “formas ontológicas mistas”, “deve ser desconsiderada em sua literalidade e tomada como expressão dos momentos de imprecisão do texto advindos, fundamentalmente, de seu caráter póstumo.” (LESSA, 2002, p.27). Já para Ronaldo Vielmi Fortes, a expressão “formas ontológicas mistas” pode sim ser usada em seu sentido literal, Fortes chega mesmo a defender a tese de uma “teoria da dupla base do ser social” (FORTES, 2001). De todo modo, fica evidente mais uma nuance problemática da obra tardia de Lukács. Sobretudo porque ela se entrelaça a um dos grandes problemas enfrentados por Lukács a respeito do salto.

Como Lukács articula de um lado um longo processo de crescente domínio das formas e categorias novas sobre as velhas – as inferiores – e, do outro, o

salto como momento de ruptura? Em suas palavras:

“Só quando se entende a gênese ontológica desta maneira, isto é, como gênese de um complexo concretamente estruturado, se pode esclarecer porque ela constitui ao mesmo tempo um salto (do ser orgânico ao social) e um longo processo de milênios. O salto acontece logo que a nova constituição do ser se torna efetiva, mesmo que em atos isolados e inteiramente primordiais. Mas há um desenvolvimento extremamente longo, em geral contraditório e desigual, antes que as novas categorias do ser cheguem a um nível extensivo e intensivo.” (LUKÁCS, 2012a, p.27).

Há, no processo de gênese do ser social, segundo o nosso autor, dois momentos articulados e diferenciados: de um lado a negação do ser precedente, momento próprio do salto em que se explicita a categoria portadora do novo – no caso o trabalho –, e de outro lado a afirmação do novo ser através do desenvolvimento processual – de complexificação –, em geral contraditório e desigual, das novas categorias – o devir-humano dos homens. “Portanto, o salto, ainda que pontual (é um momento de ruptura), é sempre processual, uma dinâmica articulação entre negação do velho e afirmação do novo.” (LESSA, 2002, p.253). O que Lukács enfatiza, então, é que o salto, logo, a categoria que o engendrou –, como um momento de negação, é que exerce o momento predominante na processualidade do novo ser.

De modo que “não devemos nos deixar enganar pelo fato de que as etapas singulares do estágio inicial frequentemente duraram dezenas de milhares de anos.” (LUKÁCS, 2012b, p.1). O processo de longo percurso,

¹¹ “(...) a orientação de fundo no aperfeiçoamento do ser social consiste precisamente em substituir determinações naturais puras por formas ontológicas mistas, pertencentes à naturalidade e à socialidade (basta pensar simplesmente nos animais domésticos), explicitando ulteriormente – a partir dessa base – as determinações puramente sociais.” (LUKÁCS, 1979, p.19)

com diversas formas intermediárias, para nosso autor, não anula, portanto, a existência do salto ontológico.

Todavia, ficam ainda nuances de problemas. Para Lukács (2012b):

“No curso de cada uma destas [etapas singulares do estágio inicial] se verificaram mudanças contínuas – nos instrumentos, nos processos de trabalho, etc.–, as quais, por menores que tenham sido, tiveram consequências que, em certos momentos nodais, se revelaram saltos, transformações qualitativas.” (Ibid. p.1).

Mas, como neste “estádio intermediário” composto por etapas/momentos/fenômenos intermediários/preparatórios se configura a processualidade – e ruptura/salto – de cada um desses fenômenos? E como estes se articulam em particular e em conjunto com o “complexo concretamente estruturado” logo a partir do salto? Ainda mais, se levarmos em conta,

“que as novas formas do ser só podem desenvolver-se de forma verdadeiramente universal, para além da própria esfera, desdobrando-se gradualmente. Durante o salto e ainda por muito tempo depois do salto, elas estão em constante competição com as formas inferiores do ser das quais se originaram e que – ineliminavelmente – constituem sua base material, mesmo quando o processo de transformação já chegou a um patamar bastante elevado.” (LUKÁCS, 2012a, p.20).

Pensemos por exemplo em algumas das mais importantes categorias do ser social: o trabalho, a linguagem e a consciência – ativa; que por sinal, segundo Lukács, todas possuem momentos/fenômenos/formas preparatórias. Em que medida elas se

tornaram, frente aos fenômenos e formas preparatórias, o fundamento do real ser-homem, isto é, em que medida saltaram às suas formas ontologicamente específicas? E mais, como elas competiram com as formas inferiores do ser das quais se originaram e que – ineliminavelmente – constituem sua base material? E se elas competem durante o salto e ainda por muito tempo depois do salto, seria então esse o momento, esse o estágio no qual compareceriam as “formas ontológicas mistas”?

Em todo caso, outra nuance de problemas pode ser encontrada nas formulações do filósofo. Sendo o salto uma ruptura estrutural de uma forma de ser a outra, como pode em certo momento Lukács se referir a um salto interno ao ser social? Segundo o húngaro, a revolução socialista/comunista como um processo de transição do “reino da necessidade” ao “reino da liberdade” também se constitui num salto. O “reino da necessidade”, ou a pré-história da humanidade – expressa no atual modo capitalista –, se encerraria quando a rede de causalidade posta, que constitui o ser social, também fosse dominada conscientemente pelo homem. Em outras palavras, no momento em que o homem tornar-se o demiurgo consciente do seu destino “será o segundo grande salto no desdobrar-se do ser social, o salto da generidade em-si para a generidade para-si, o início da verdadeira história da humanidade (...)” (LUKÁCS, 2012c, part. 2, p.15). Dito isto, mantendo-se fiel à definição do salto ontológico para o próprio filósofo, poderíamos afirmar então que a partir do momento em que o homem tomar consciência da sua generidade, com o “segundo grande salto”, nossa estrutura imanente não será mais a mesma, o mundo dos homens não se moverá

sobre a mesma legalidade objetiva?

Conclusão

O nosso contato com a obra de Lukács nos permite elaborar uma possível hipótese a respeito das questões que acabamos de levantar, mas que é preciso ser debatida – e o objetivo deste artigo é justamente despertar este debate. Lukács deixou indicado, como já vimos, que o ser social, desde seu mais primordial/primitivo momento histórico engendrado pelo factor determinante – *Übergreifendes Moment* –, já se comporta como um “complexo de complexos” e sua substância já se desenvolve numa reprodução ininterrupta que permite tanto a mudança quanto a persistência (LUKÁCS, 1979, p.161).

Portanto, se a partir da sua gênese com o trabalho o ser social já se movimenta como um complexo concretamente estruturado, consequentemente todos os momentos/fenômenos, mesmos os preparatórios, já de início se movem sob a primazia da “totalidade social” posta pelo fenômeno originário. De modo que, é essa totalidade articulada pelas novas categorias – ambas matizada pelo trabalho –, as categorias propriamente sociais, que passam tanto em nível particular, quanto em nível global, a direcionar a processualidade evolutiva do novo ser.

Sendo assim, a partir das palavras do marxista húngaro em relação à gênese e à evolução do complexo da linguagem, podemos indicar – deduzir – como se dá a relação/interação de todos os “fenômenos preparatórios”, tanto em seus respectivos desdobramentos ontológicos em novas e específicas formas e categorias do ser, quanto dessas em relação à totalidade do ser social? Vejamos:

“Para entender corretamente, no plano ontológico, a gênese destas interações complicadíssimas e intrincadíssimas [o surgimento da compreensão conceptual dos fenômenos da realidade e sua expressão adequada através da linguagem], tanto no momento da gênese quanto no seu ulterior desenvolvimento, devemos ter presente (...), [que] o contexto total do complexo em questão é sempre primário em relação às suas partes. (...) [Portanto] É claro que em cada sistema de interrelações dentro de um complexo, como também em cada interação, há um momento predominante.” (LUKÁCS, 2012a, p.27).

Para o filósofo, desta forma, vemos que mesmo que o momento predominante da reprodução social em sua totalidade, em última medida, seja o trabalho – e ulteriormente o complexo da economia –, em cada sistema de interrelações dentro de um complexo, também há um momento predominante. Ou seja, vinculados ao ser social e condicionando-se reciprocamente, todos os fenômenos preparatórios também possuem momentos predominantes que os reconfiguram às suas novas formas ontológicas e, por isso, podendo apenas ser compreendidas em suas essências se reconhecermos justamente “as [novas] funções reais que eles exercem dentro deste [novo] complexo” (id. Ibid. p.27) engendrado pela sua forma originária (*Urfom*) – o trabalho.

Em outras palavras, cada uma das etapas/momentos/fenômenos preparatórios há uma ruptura com suas formas inferiores, articulados funcionalmente ao trabalho, mediante a primazia da “totalidade social”. É ela, através do factor determinante, que os reconfiguram a exercerem novas funções neste complexo, e, portanto, os reconfiguram aos seus novos estatutos

ontológicas. Por isso, os fenômenos preparatórios respectivos a cada nova categoria social se conservam, mas não de forma linear, ao contrário, elas rompem com o desenvolvimento contínuo das formas antigas ao desdobrar-se em novas categorias. Conservando-se na mudança, passam na “totalidade social” a exercerem funções radicalmente diversas.

Assim, “En vista de que el trabajo es el ‘caso modelo’ a partir del cual se constituyen algunos complejos, como ele lenguaje o el valor, podemos definir, pues, al trabajo como ‘factor dominante’ [Übergreifendes Moment]” (VEDDA e INFRANCA, 2004b, p.21); e do qual, portanto, advoga-se a gênese do ser social, ou em outras palavras, o salto ontológico para fora da natureza.

Todas estas questões levantadas, a partir do desenvolvimento conceitual do salto, merecem uma interpretação mais cuidadosa, uma vez ser ele imprescindível para o entendimento de toda a obra tardia de Lukács. Espera-se com esse artigo, portanto, despertar o debate não dogmático em torno de sua Ontologia, bem com para os possíveis problemas que podem existir na acepção do filósofo acerca da distinção entre natureza e sociedade, ou melhor, entre o ser social e o ser natural.

Referências

FORTES, R. V. **Trabalho e gênese do ser social na 'ontologia' de George Lukács**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Minas Gerais/UFGM, Belo Horizonte, 2001.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**. São

Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel** [tradução de Carlos Nelson Coutinho]; São Paulo: LECH, 1978a.

_____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem [tradução de Carlos Nelson Coutinho]; In: **Temas de Ciências Humanas**, nº 4, São Paulo: Ciências Humanas, 1978b, p. 1-18.

_____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx** [tradução de Carlos Nelson Coutinho]; São Paulo: LECH, 1979.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social** - questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **O Trabalho**. Disponível em: www.sergiolessa.com. Acesso em 02 fev. de 2012a.

_____. **A Reprodução**. Disponível em: www.sergiolessa.com. Acesso em 02 fev. de 2012b.

_____. **O ideal e a ideologia**. Disponível em: www.sergiolessa.com. Acesso em 02 fev. de 2012c.

OLDRINI, G. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: LESSA, S. & PINASSI, M.O. **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

TERTULIAN, N. Lukács hoje. In: PINASSI, M. O. & LESSA, S. (orgs.) **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 27-48.

VAISMAN, E. e FORTES, R.V. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social** – questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010, p.9-31.

Recebido em 2014-03-20
Publicado em 2014-06-13